

José Carlos Carota

*Manual de*  
**DIREITO TRIBUTÁRIO**  
**e FINANCEIRO**  
**APLICADO**

**2ª Edição**

*Revista e Ampliada*



**Freitas Bastos Editora**

*Copyright © 2018 by José Carlos Carota*

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,  
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,  
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

**Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora**

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Revisão: *Jota Cabral*

Diagramação e Capa: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO  
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C292m

Carota, José Carlos  
Manual de Direito Tributário e Financeiro Aplicado /  
José Carlos Carota – 2ª Edição – Rio de Janeiro: Freitas  
Bastos, 2018.  
378 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7987-316-4

1. Direito tributário – Brasil. I. Título.

CDD- 343.8104



**Freitas Bastos Editora**

Tel./Fax: (21) 2276-4500  
[freitasbastos@freitasbastos.com](mailto:freitasbastos@freitasbastos.com)  
[vendas@freitasbastos.com](mailto:vendas@freitasbastos.com)  
[www. freitasbastos.com](http://www.freitasbastos.com)

# SUMÁRIO

<b>1 O DIREITO TRIBUTÁRIO E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL .....</b>	<b>1</b>
<b>2 TRIBUTO .....</b>	<b>9</b>
2.1 Espécies de tributos .....	11
2.1.1 Impostos .....	11
2.1.1.1 Impostos Extraordinários .....	13
2.1.1.2 Imposto Residual .....	14
2.1.1.3 Classificação dos impostos.....	14
2.1.2 Taxas .....	17
2.1.2.1 Taxa de poder de polícia .....	18
2.1.2.2 Taxa de serviço público .....	19
2.1.2.3 Tarifa ou preço público .....	21
2.1.3 Contribuição de Melhoria .....	22
2.1.4 Contribuições especiais .....	23
2.1.5 Empréstimo compulsório .....	24
<b>3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS .....</b>	<b>26</b>
3.1 Princípio da legalidade.....	26
3.2 Princípio da isonomia tributária .....	28
3.3 Princípio da capacidade contributiva .....	29
3.4 Princípio da irretroatividade da lei tributária .....	30
3.5 Princípio da anterioridade .....	31
3.6 Princípio da vedação ao confisco. ....	32
3.7 Princípio da liberdade de tráfego .....	32
3.8 Princípio da uniformidade geográfica .....	32
3.9 Princípio da imunidade tributária exclusivamente no âmbito constitucional .....	33
3.10 Princípio da supremacia do interesse público sobre o particular .....	35
<b>4 FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>36</b>
4.1 Constituição federal .....	36

4.2 Lei complementar.....	38
4.3 Lei ordinária.....	40
4.4 Lei delegada .....	41
4.5 Medida provisória .....	42
4.6 Tratados internacionais .....	43
4.7 Resolução do senado federal .....	44
4.8 Decreto regulamentar .....	44
4.9 Normas complementares .....	45
4.10 Decretos legislativos .....	46
<b>5 HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA (HI), FATO GERADOR (FG) OU FATO IMPONÍVEL (FI) .....</b>	<b>48</b>
<b>6 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>52</b>
<b>7 CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA .....</b>	<b>54</b>
<b>8 CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA .....</b>	<b>55</b>
<b>9 CAPACIDADE ECONÔMICA .....</b>	<b>61</b>
<b>10 O CTN E A LEI COMPLEMENTAR EM FACE DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>62</b>
10.1 Material .....	63
10.2 Espacial .....	63
10.3 Temporal.....	63
10.4 Pessoal.....	63
10.5 Aspecto quantitativo.....	64
<b>11 LANÇAMENTO – CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES .....</b>	<b>66</b>
11.1 Finalidades do lançamento .....	67
11.2 Modalidades de lançamento .....	68
11.2.1 Lançamento por homologação .....	68
11.2.2 Lançamento por declaração (misto) .....	69
11.2.3 Lançamento direto ou de ofício .....	70
<b>12 CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>73</b>
12.1 Suspensão .....	73
12.1.1 – Moratória .....	73
12.1.2 Depósito do montante em valor integral.....	76
12.1.3 Reclamações e recurso administrativo .....	77
12.1.4 Liminar em mandado de segurança .....	78
12.1.5 Liminar e tutela antecipada.....	78
12.1.6 Parcelamento .....	79

12.2 Hipóteses extinção do crédito tributário .....	79
12.2.1 Pagamento (Remissão) .....	80
12.2.2 Compensação .....	80
12.2.3 Transação .....	81
12.2.4 Remissão (Perdão) .....	82
12.2.5. Prescrição e decadência .....	83
12.2.5.1 Decadência .....	83
12.2.5.2 Prescrição .....	84
12.2.6. Conversão do depósito em renda .....	86
12.2.7. Homologação do lançamento e do pagamento antecipado – art. 156 Inciso VII CTN .....	87
12.2.8 Extinção do crédito mediante consignação de pagamento – nos termos do art. 164 p II, e 156 inciso 8 CTN nas seguintes hipóteses : .....	88
12.2.9 Extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável – É a decisão que não pode mais ser objeto de ação anulatória. Ver 151, inciso 9º CTN....	89
12.2.10 Extingue o crédito tributário a decisão judicial transitada em julgado – art. 156, X CTN .....	89
12.2.11 Dação de pagamento em bens imóveis – art. 156 XI CTN.....	89
12.3 Hipóteses de exclusão do crédito tributário – 175 CTN .....	91
12.3.1 Isenção .....	91
12.3.2 Anistia .....	93
12.3.3 Imunidade – Art. 150, inciso VI CF e artigo 9 CTN .	93
<b>13 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, EVASÃO E ELISÃO .</b>	<b>102</b>
13.1 Planejamento tributário .....	102
13.2 Elisão fiscal .....	104
13.3 Evasão fiscal.....	105
13.4 Norma elisiva .....	106
13.5 Exemplo de planejamento tributário .....	111
13.5.1 Planejamento tributário federal – análises e proposições .....	111
13.5.2 Demonstrativo de aplicação de planejamento tributário federal.....	111
13.5.3 Hipóteses e variáveis relativas ao desenvolvimento do demonstrativo da aplicação da tributação federal de uma sociedade limitada .....	112

13.5.4	Análise comparativa entre o lucro real e o presumido .....	113
13.5.5	Sugestão de adoção de um modelo tributário multifacetário .....	114
13.5.6	Considerações iniciais para desenvolvimento da nova hipótese .....	114
13.5.7	Desenvolvimento da nova sistemática de apuração – lucro presumido para a matriz em São Paulo e presumido para as filiais de Curitiba e Goiânia – terceira opção – sociedade em conta de participação .....	117
<b>14</b>	<b>TRIBUTOS FEDERAIS .....</b>	<b>118</b>
14.1	Imposto de Renda Pessoa Jurídica .....	118
14.1.1	Fato Gerador .....	119
14.1.2	Base de Cálculo .....	120
14.1.3	Alíquotas .....	120
14.1.4	Prazo de Recolhimento .....	120
14.1.5	Exemplo Prático de Cálculo de Imposto de Renda e Adicional .....	121
14.1.6	Distribuição de lucros aos sócios / acionistas.....	122
14.2	Lucro Real .....	123
14.2.1	Obrigatoriedade .....	124
14.2.2	Período de Apuração – Trimestral e Anual .....	126
14.2.3	Alíquotas .....	127
14.2.4	Base de Cálculo Estimada Anual .....	128
14.2.5	Base de Cálculo Trimestral .....	130
14.2.6	Exemplo de Determinação de Lucro Real e Cálculo do Imposto .....	134
14.3	LUCRO PRESUMIDO .....	136
14.3.1	Período de apuração.....	139
14.3.2	Alíquota e Adicional .....	139
14.3.3	Base de Cálculo .....	139
14.3.4	Exemplo de Determinação do Lucro Presumido e Cálculo do Imposto .....	141
14.3.4.1	Dados financeiros Relativos ao Primeiro Trimestre de 2016.....	141
14.3.4.2	Demonstração do Lucro Presumido e Cálculo do Imposto .....	141
14.3.5	Deduções do Imposto Devido.....	142

14.4 Lucro Arbitrado .....	142
14.4.1 Alíquota e Adicional .....	143
14.4.2 Base de Cálculo .....	143
14.4.3 Exemplo de Determinação do Lucro Arbitrado e Cálculo do Imposto .....	147
14.4.3.1 Receita conhecida – dados do primeiro trimestre.....	147
14.4.3.2 Receita não conhecida – dados trimestrais	147
14.5 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL .....	148
14.5.1 Alíquota .....	148
14.5.2 Base de Cálculo Anual e Trimestral .....	149
14.5.3 Base de Cálculo Estimada e Presumida.....	150
14.5.4 Exemplo do Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido .....	150
14.5.4.1 Exemplo de cálculo da CSLL trimestral – lucro real.....	150
14.5.4.2. Exemplo do cálculo da CSLL em Reais lucro presumido e cálculo do imposto .....	151
14.6 Programa de Integração Social – PIS.....	151
14.6.1 Alíquota .....	152
14.6.2 Base de Cálculo .....	153
14.6.3 Exemplo de Cálculo do PIS.....	154
14.6.3.1 Exemplo de cálculo de PIS cumulativo.....	154
14.6.3.2 Exemplo de cálculo de PIS não cumulativo .....	154
14.7 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS .....	155
14.7.1 Alíquotas.....	155
14.7.2 Base de Cálculo .....	156
14.7.3 Exemplo de Cálculo da COFINS.....	156
14.7.3.1 Exemplo de cálculo de COFINS cumulativo .....	156
14.7.3.2 Exemplo de cálculo de COFINS não cumulativo.....	156
14.8 Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI .....	157
14.8.1 Alíquotas.....	160
14.8.2 Base de Cálculo .....	160
14.8.3 Fato Gerador .....	161
14.8.4 Sujeito Passivo.....	162

14.8.5 Exemplo de Cálculo do IPI.....	163
14.8.6 Substituição Tributária do IPI.....	163
14.9 Imposto de Importação – II.....	161
14.9.1 Ocorrência do Fato Gerador .....	164
14.9.2 Base de Cálculo .....	164
14.9.3 Exemplo de Cálculo do Imposto de Importação .....	165
14.10 Imposto de Exportação – IE.....	166
14.10.1 Base de Cálculo .....	167
14.10.2 Alíquota .....	167
14.11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.....	167
14.11.1 Cide – Tecnologia .....	168
14.11.1.1 Incidência.....	168
14.11.1.2 Ampliação da Base de Cálculo a partir de 01.01.2002 .....	168
14.11.1.3 Alíquota .....	169
14.11.1.4 Pagamento .....	169
14.11.1.5 Destinação .....	169
14.11.2 CIDE – Combustíveis .....	169
14.11.2.1 Fato Gerador .....	169
14.11.2.2. Contribuintes .....	170
14.11.2.3 Apuração da Base de Cálculo .....	170
14.11.2.4 Alíquotas.....	170
14.12 Imposto sobre Operações Financeiras – IOF .....	171
14.13 Imposto Territorial Rural – ITR .....	172
14.14 Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF .....	174
14.15 Contribuições para a Seguridade Social.....	174
14.15.1 Contribuições Previdenciárias .....	175
14.16 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.....	179
14.16.1 Contribuintes e Alíquota .....	179
<b>15 TRIBUTOS ESTADUAIS .....</b>	<b>181</b>
15.1 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA .....	181
15.2 Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD.....	182
15.3 Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS .	183
15.3.1 ICMS – Substituição Tributária – ST .....	188
15.3.2 ICMS – DIFAL – Diferença de Alíquotas .....	191



<b>16 TRIBUTOS MUNICIPAIS.....</b>	<b>194</b>
16.1 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI .....	194
16.2 Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU .....	196
16.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS .....	198
<b>17 SIMPLES NACIONAL .....</b>	<b>202</b>
17.1 Conceito .....	202
17.2 Da opção pelo Simples Nacional .....	203
17.3 Não podem optar pelo Simples Nacional.....	203
17.4 Tributos Unificados no Simples Nacional.....	205
17.5 Limites para enquadramento .....	209
17.6 Pagamento mensal.....	209
17.7 Receitas alcançadas pelo Simples Nacional.....	210
17.8 Ganhos de capital .....	210
17.9 Distribuição de Lucros e IRRF sobre Serviços Prestados...	210
17.10 Cálculo do Simples Nacional .....	212
<b>18 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>227</b>
18.1 Fiscalização .....	228
18.2 Dívida Ativa.....	232
18.3 Certidões Negativas .....	234
<b>19 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>236</b>
<b>20 A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, CIVIL E CRIMINAL DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES NAS SOCIEDADES LIMITADAS .....</b>	<b>240</b>
20.1 A Sociedade Limitada no Código Civil.....	240
20.2 Responsabilidade dos sócios e administradores.....	242
20.2.1 Desconsideração da Pessoa Jurídica (Disregard of Legal Entity) .....	243
20.3 Conclusões .....	254
<b>21 DIREITO FINANCEIRO .....</b>	<b>256</b>
21.1 Definição .....	256
21.2 Fontes e princípios do Direito Financeiro.....	259
21.3 Receitas Públicas.....	261
21.3.1 Fontes das Receitas Públicas .....	262
21.3.2 Classificação das Receitas Públicas.....	266
21.4 Despesas Públicas .....	268
21.4.1 Classificação das Despesas Públicas .....	269

21.4.2 Execução das Despesas Públicas.....	271
21.5 Lei Orçamentária.....	279
21.5.1 Plano Plurianual (PPA).....	280
21.5.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	281
21.5.3 Lei do Orçamento (LOA).....	282
21.5.4 Fiscalização e Controle Orçamentário.....	284
21.5.5 Improbidade Administrativa.....	294
21.5.6 O Processo Legislativo Orçamentário.....	302
21.5.7 Novo Regime Fiscal – Emenda Constitucional 95 ...	303
21.6 Dívida Pública.....	309
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>314</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>319</b>
<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>320</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>321</b>
<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>322</b>
<b>APÊNDICE E .....</b>	<b>323</b>
<b>APÊNDICE F .....</b>	<b>324</b>
<b>BANCO DE QUESTÕES – DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO .....</b>	<b>326</b>